



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS

LAIS DA ROCHA FERNANDES

**A FLORESTA NACIONAL DO AMAPÁ E REGIÃO DO ALTO E MÉDIO RIO
ARAGUARI: DO CONFLITO SOBRE O ACESSO AOS RECURSOS NATURAIS À
BUSCA POR UMA ESTRATÉGIA CONCILIADORA**

MACAPÁ
2014

LAIS DA ROCHA FERNANDES

**A FLORESTA NACIONAL DO AMAPÁ E REGIÃO DO ALTO E MÉDIO RIO
ARAGUARI: DO CONFLITO SOBRE O ACESSO AOS RECURSOS NATURAIS À
BUSCA POR UMA ESTRATÉGIA CONCILIADORA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Amapá, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Ambientais.

Orientadora: Dra. Roberta Sá Leitão Barboza

Co-orientador: MsC. Paulo Roberto Russo

MACAPÁ

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá

333.72
F363f

Fernandes, Lais da Rocha.

A Floresta Nacional do Amapá e região do alto e médio Rio Araguari: do conflito sobre o acesso aos recursos naturais à busca por uma estratégia conciliadora / Lais da Rocha Fernandes.

55 p.

Orientadora: Prof. Dra. Roberta Sá Leitão Barboza

Co-orientador: Prof. MS. Paulo Roberto Russo

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Fundação Universidade Federal do Amapá, Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, Curso de Bacharelado em Ciências Ambientais.

1. Unidades de conservação – Amapá (AP). 2. Recursos naturais – Conservação. 3. Conflito social – Amapá. 4. Floresta sustentável. 5. Gestão ambiental. I. Barboza, Roberta Sá Leitão (orient). II. Russo, Paulo Roberto (co-orient). III. Fundação Universidade Federal do Amapá. IV. Título.

LAIS DA ROCHA FERNANDES

A FLORESTA NACIONAL DO AMAPÁ E REGIÃO DO ALTO E MÉDIO RIO
ARAGUARI: DO CONFLITO SOBRE O ACESSO AOS RECURSOS NATURAIS À
BUSCA POR UMA ESTRATÉGIA CONCILIADORA.

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Amapá, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Ambientais.

BANCA EXAMINADORA

MsC. Paulo Roberto Russo
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
(Presidente da banca/Co-orientador)

Prof. MsC. Alzira Marques Oliveira
Universidade Federal do Amapá
(Membro)

Prof. MsC. Renata dos Santos
Universidade Federal do Amapá
(Membro)

Nota: _____ Data: ____ / ____ / _____

“Tudo indica que o homem só desenvolverá seu potencial completo numa sociedade que permita e facilite a participação de todos”.

(Juan e Diaz Bordenave).

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado saúde e força para superar todas as dificuldades enfrentadas.

Aos meus pais José Antonio e Nilsa pela capacidade que vocês têm de acreditar e investir em mim. Mãe, seu cuidado e dedicação me deram a esperança para seguir. Pai, sua presença significou segurança e certeza de que não estou sozinha nessa caminhada.

Ao meu namorado Rodrigo, por sua paciência, carinho, amor, apoio e tolerância, que de forma especial me deu força e coragem, me apoiando nos momentos mais difíceis.

A minha orientadora Roberta Sá pela paciência na orientação e incentivo que tornaram possível a conclusão deste trabalho. Ao meu co-orientador Paulo Russo por me inspirar a estudar conflitos socioambientais, por toda amizade, conselhos e tempo disponibilizados na orientação da minha pesquisa.

Aos professores do Colegiado de Ciências Ambientais por participarem da minha jornada, por todo o conhecimento que me repassaram, e por contribuírem em minha vida acadêmica e profissional.

Aos meus amados amigos de classe, em especial, Arthur, Nayara e Naiana e à querida amiga Raianny, vocês são como irmãos para mim. Sem vocês essa jornada não teria sido a mesma.

Aos gestores da Floresta Nacional do Amapá Érico Kauano e Sueli Pontes, por toda a ajuda, apoio e disponibilidade em minha pesquisa, e por todos os ensinamentos que me deram durante os meses que estive com vocês como estagiária.

Agradeço à Mery Helen pelo companheirismo, amizade e ensinamentos durante a coleta de dados da pesquisa.

Aos moradores da região do Alto e Médio Rio Araguari por toda a receptividade durante as atividades de campo.

Ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade em Macapá e Conservação Internacional do Brasil pelo apoio logístico durante o trabalho de campo.

À Universidade Federal do Amapá e ao Departamento de Meio Ambiente e Desenvolvimento pela oportunidade de concluir o curso de Ciências Ambientais.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada.

RESUMO

Com a criação das áreas protegidas sem estudos, algumas atividades passaram a ser proibidas, gerando situações de conflito entre os moradores e a gestão das unidades. A Floresta Nacional do Amapá é uma unidade de conservação de uso sustentável e possuía moradores desde a sua criação. Essas pessoas trabalhavam basicamente com atividades de caça, pesca, agricultura e garimpagem. Quando houve a transferência de gestão para o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, muitas dessas atividades sofreram mudanças. A caça como atividade econômica foi terminantemente proibida, a área de pesca passou a ser restrita, houve o fechamento de um garimpo dentro da unidade e as ações de fiscalização na região foram intensificadas. Esses fatores podem ser compreendidos enquanto um conflito socioambiental na região. O presente trabalho tem como objetivo avaliar como a presença do órgão gestor da Floresta Nacional do Amapá interferiu no padrão de uso e ocupação da região do Alto e Médio Rio Araguari. Parte da hipótese de que a intensificação da postura regulatória do órgão gestor da unidade sobre o acesso aos recursos naturais ocasionou mudanças na forma como os grupos sociais situados na região se organizavam e produziam. Foram realizadas entrevistas que buscaram a caracterização do perfil dos moradores e averiguar como ocorreu o processo de ocupação da região, bem como, levantar e discutir as principais estratégias adotadas frente ao conflito existente pela gestão da Floresta Nacional do Amapá. Em geral os moradores são ribeirinhos, agricultores familiares, extrativistas e pescadores. As estratégias usadas pela gestão para possibilitar a conciliação das relações com a população é feita por meio da demonstração de que a regulação do acesso aos recursos não inviabiliza a economia dos moradores. Os projetos executados na região têm o objetivo principal de transformar a unidade em uma indutora do desenvolvimento na região, através da promoção da qualidade de vida da população do Alto e Médio rio Araguari.

Palavras-chave: Unidade de Conservação de Uso Sustentável, Gestão de conflitos socioambientais, Amazônia.

ABSTRACT

With the creation of protected areas without studies, some activities have become prohibited, generating conflict between the residents and unit management. The National Forest of Amapá is a conservation and sustainable use of residents had since its inception. These people worked primarily with hunting, fishing, farming and mining activities. When was the transfer of management to the Chico Mendes Institute for Biodiversity Conservation, many of these activities have changed. Hunting as economic activity was strictly forbidden, the fishing area became restricted, there was the closure of a mining within the unit and enforcement actions in the region were intensified. These factors can be understood as a social and environmental conflict in the region. This paper aims to assess how the presence of the managing agency of the National Forest of Amapá interfered in the pattern of use and occupation of the Upper and Middle Rio Araguari region. Part of the hypothesis that the increased regulatory stance of the management body of the unit on access to natural resources caused changes in the way social groups located in the region were organized and produced. Interviews sought to characterize the profile of the residents and examine how the process of occupation of the area occurred were performed, as well as raise and discuss the main strategies adopted against the ongoing conflict for the management of the National Forest of Amapá. Generally residents are locals, farmers, gatherers and fishermen. The strategies used by management to enable the reconciliation of relations with the population is made by demonstrating that the regulation of access to resources does not impair the economy of the residents. Projects implemented in the region have the main objective to transform the unit into a catalyst for development in the region through the promotion of quality of life in the Upper and Middle River Araguari population.

Keywords: Conservation Unit of Sustainable Use, Management of environmental conflicts, Amazon.

LISTA DE SIGLAS

CI-BRASIL	Conservação Internacional do Brasil
DNPM/PA	Departamento Nacional de Produção Mineral do Pará
FLOTA	Floresta Estadual do Amapá
FN	Floresta Nacional
IBAMA	Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ONG	Organização Não Governamental
PA	Projeto de Assentamento
PAIFA	Programa de Apoio à Implementação da Floresta Nacional do Amapá
PARNA	Parque Nacional
SEMA	Secretaria Especial de Meio ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
UC	Unidades de Conservação

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização da Região do Alto e Médio Rio Araguari.....	26
Figura 2 – Locações ribeirinhas mapeadas no percurso Porto Grande/FN do Amapá e unidades entrevistadas	28
Figura 3 - Imagem aérea da região do Garimpo da Capivara no interior da FN do Amapá quando este ainda estava em atividade.....	30
Figura 4 – Experiência profissional anteriormente exercida pelos moradores.....	35
Figura 5 – Imagem da estrutura de uma das casas ribeirinhas do Alto e Médio Rio Araguari	36

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1	A OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA E A SUA RELAÇÃO COM A ECONOMIA BRASILEIRA.....	14
2.2	AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE ORDENAMENTO TERRITORIAL	17
2.3	AMAPÁ: BALANÇO HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO E A CRIAÇÃO DAS ÁREAS PROTEGIDAS	20
2.4	CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO...22	
3	METODOLOGIA DA PESQUISA	25
3.1	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	25
3.2	MÉTODOS DE PESQUISA E COLETA DE DADOS.....	27
4	APRESENTAÇÃO DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	30
4.1	PROCESSO HISTÓRICO ECONÔMICO DA REGIÃO	30
4.2	CARACTERIZAÇÃO ATUAL DA POPULAÇÃO LOCAL	34
4.3	PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS ADOTADAS PARA A MITIGAÇÃO DO CONFLITO EXISTENTE.....	37
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
6	REFERÊNCIAS	43
	ANEXOS	48

1 INTRODUÇÃO

Durante o período do Governo Militar, década de 1960 a 1980, as políticas públicas voltadas para a Amazônia eram direcionadas com o objetivo principal de ocupá-la, com o lema “Integrar para não entregar”, dessa forma, o Estado criou subsídios para que populações de outras regiões se interessassem em ir para a Amazônia com o propósito de melhorar suas condições de vida.

Nesse contexto, Porto (2007) destaca que as transformações econômicas na Amazônia ao longo dos últimos dois séculos estão associadas diretamente às atividades de ocupação e extrativismo na região: foram formados núcleos de povoamento, ligados às cheias dos rios, à distribuição e aos ciclos de produção vegetal, à extração mineral, à implantação de rodovias e expansão agrícola. No Amapá a história não é diferente, o reflexo da política do Estado contribuiu diretamente para a construção de suas relações econômicas, políticas e sociais.

Nesse interim, a presença do Estado no Amapá é expressa através da criação de áreas de uso restrito: as Unidades de Conservação da Natureza (UC) e as Terras Indígenas. A criação dessas áreas se deu principalmente a partir dos anos 1980, fato que também repercutiu amplamente no Brasil, com a defesa de implementação dessas unidades restritas, obedecendo concepções ideológicas que se agrupavam em correntes de pensamento (e ação) ambiental, as quais escolhem diferentes modalidades de UC, de acordo com essas matrizes de pensamento (CHELALA, 2008).

Muitas UC foram criadas em lugares onde já havia a presença de populações, o que até hoje causa conflitos socioambientais entre essas populações e os órgãos gestores. A Floresta Nacional (FN) do Amapá caracteriza-se como uma dessas UC, cujo território (interior e entorno) apresentava moradores residindo desde antes de sua criação. Estas pessoas exerciam diversas atividades ligadas à exploração dos recursos naturais (caça, pesca e garimpagem) como forma de subsistência e também para fins econômicos.

A FN do Amapá é uma UC de uso sustentável instituída pelo Decreto nº 97.630, de 10 de abril de 1989. Mesmo após a criação da unidade, muitas das atividades de exploração desenfreadas dos recursos naturais continuaram por falta de um órgão de gestão ambiental atuante. Quando houve a transferência de gestão para o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), criado pela lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, a realidade daquela população teve uma alteração, houve o fechamento de garimpos e as fiscalizações para coibir atividades de caça e pesca ilegais aumentaram, estes fatores acabaram ocasionando diversos conflitos entre o órgão de gestão e os moradores.

Frente a toda esta situação de conflitos e percebendo a difícil realidade de vida dos moradores da FN do Amapá, há alguns anos o ICMBio juntamente com parceiros vem intensificando a execução de projetos de capacitação para os comunitários utilizarem os recursos naturais de forma mais adequada e racional, com intuito de aproximar a comunidade da gestão da unidade.

Diante do exposto, este trabalho teve como objetivo avaliar como a presença do órgão de gestão da FN do Amapá interferiu no padrão de uso e ocupação da região do Alto e Médio Rio Araguari. Para tal, foi analisada a organização social dos moradores do interior e entorno da FN, averiguando a existência de conflitos locais, além de discutir as principais estratégias utilizadas para a gestão dos conflitos existentes.

A pesquisa justifica-se pela importância em conhecer o passado e compreender o presente como auxílio à equipe gestora da unidade no processo de construção de relações menos conflituosas com a comunidade, o que resultará na diminuição dos níveis de degradação ambiental e na busca conjunta pela melhoria da qualidade de vida na região. Justifica-se ainda na esfera acadêmica na contribuição ao embasamento para estudos análogos que poderão ajudar no entendimento da realidade de outras comunidades, assim como poderá ser uma forma de interligação de aprendizados e estimulação para novas metodologias de pesquisa e gerenciamento de conflitos socioambientais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA E A SUA RELAÇÃO COM A ECONOMIA BRASILEIRA

A partir dos anos de 1960 o governo militar brasileiro adotou uma política de integração nacional da Amazônia como forma de manter a estrutura de dominação existente em outras regiões, a partir deste momento teve início o processo de povoamento mais adensado da região amazônica, que na época era a menos habitada do Brasil.

Os militares falavam em ocupar espaços que estavam vazios, o que gerava uma contradição, pois na Amazônia já havia a ocupação de dezenas de tribos indígenas, algumas delas sem qualquer contato com o homem branco; além de ser ocupada ainda que dispersamente, por uma população camponesa que já estava presente na área pelo menos, desde o século XVIII (MARTINS, 1997 *apud* SACRAMENTA & COSTA, 2009).

Os hábitos e o cotidiano da população local acabaram mudando por conta das novas atividades que foram inseridas para viabilizar a integração da Amazônia no contexto nacional. Nesse período, de acordo com Becker (1998), o Governo Federal desenvolveu estratégias de duplo controle técnico-político, sobre o espaço existente com a construção das redes rodoviárias, de telecomunicações urbanas e de hidroelétricas para a geração de energia para a própria região e para o Brasil.

O processo de migração que envolveu a chegada de brasileiros vindos de outras regiões acontecia há anos e essa situação reproduzia os primeiros fluxos que ocorreram no período da borracha, em sua primeira e segunda fase, e em um terceiro momento onde surgiu o período do programa do Governo Federal entorno dos “Grandes Projetos”, quando houve a abertura de estradas, construção de hidrelétricas, projetos agropecuários e exploração mineral (SACRAMENTA & COSTA, 2009).

No período de ascensão do regime militar, a partir de 1964, os instrumentos de criação de áreas protegidas no Brasil foram mantidos e posteriormente aperfeiçoados. Pode-se atribuir tal posicionamento às mudanças de paradigmas que a comunidade internacional teve quanto aos problemas ambientais, fato que gerou inúmeras mobilizações sociais que incidiram sobre a elaboração dos acordos e protocolos internacionais dos quais o Brasil se tornou signatário. Neste ínterim, foi estabelecido um novo Código Florestal em 1965 (MEDEIROS, 2006).

Os anos de 1970 despontam como marco inicial da criação de novas áreas protegidas devido a discussão ter tomado uma dimensão mundial, isso ocorreu em parte ao reconhecimento da rápida destruição dos recursos naturais trazida pela estratégia do governo brasileiro de integrar e desenvolver todas as regiões do país, aliada é claro, ao interesse de controle do território pelo Estado (PECCATIELLO, 2011).

Sendo assim, é importante ressaltar que foi nesse período de integralização que a Amazônia passou, de fato, a fazer parte do restante do país por meio das ações de desenvolvimento e expansão do seu território. Porém atrelada às ações de desenvolvimento a região também passou por profundas alterações ambientais que perduram até a atualidade, pois neste período houve o aumento da exploração dos recursos naturais quando a região passou a dar suporte econômico para vários setores da economia brasileira.

O século XXI vivencia diversos desafios socioambientais decorrentes do acelerado crescimento econômico que gerou muitos benefícios à sociedade, mas que comprometeu grande parte dos recursos naturais disponíveis, ocasionando danos, muitos desses irreversíveis aos ecossistemas e às comunidades locais (IPEA, 2009).

Ainda hoje a Amazônia possui um papel importante para o crescimento econômico brasileiro, seja com atividades de extrativismo mineral e vegetal, ou pela sua potencialidade energética e agroindustrial. Essas potencialidades foram disseminadas principalmente durante o período do regime militar.

Neste sentido Becker (2005) explica como as alterações ocorridas na Amazônia durante este período acabaram contribuindo para o desenvolvimento econômico da região.

No final do século XX, houve, portanto, impactos negativos, mas também mudanças estruturais e novas realidades geradas na fronteira, a qual tomou como espaço não plenamente estruturado e por isso mesmo capaz de gerar realidades novas. Dentre as mudanças, destaca-se a da conectividade regional, um dos elementos mais importantes na Amazônia. Não se tratam apenas das estradas, elementos que contribuíram para depredação dos recursos e da sociedade, mas sim, sobretudo, das telecomunicações, porque a rede de telecomunicações na Amazônia permitiu articulações locais/ nacionais, bem como locais/ globais. Outra mudança importante é a da economia, que passou da exclusividade do extrativismo para a industrialização, com a exploração mineral e com a Zona Franca de Manaus, que foi um posto avançado geopolítico colocado pelo Estado na fronteira norte, em pleno ambiente extrativista tradicional. Há problemas na Zona Franca, mas hoje ela é grande produtora não só de bens de consumo duráveis, como da indústria de duas rodas, de telefonia e mesmo de biotecnologia (BECKER, 2005, p. 73).

De acordo com dados coletados do Informe Mineral Regional, feito pelo Departamento Nacional de Produção Mineral do Pará (DNPM/PA) divulgado em 2007, a região amazônica pode ser considerada hoje como a maior fronteira mineral brasileira. As

reservas descobertas até o presente são dos mais diferentes tipos e estão distribuídas entre todos os estados da região, dentre estas é possível destacar as reservas de minério de ferro, bauxita, manganês, cobre, entre outros, além de caulim, calcário de uso na indústria cimenteira e de corretivo de solo e dos agregados utilizados na construção civil (areia, argila, cascalho e brita) (DNPM/PA, 2007).

Ainda segundo o DNPM/PA (2007), em 2006 a região Norte foi responsável pelo depósito de R\$ 141,3 milhões de um total de R\$ 465 milhões de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais, representando aproximadamente 30,4% do total arrecadado pelo país, sendo a segunda maior arrecadação por região, perdendo apenas para a região sudeste que recolheu R\$ 267 milhões, o que representou 57% do total.

É inquestionável a importância que a Amazônia tem para a economia brasileira, não só no cenário mineral como também para o setor energético, neste sentido Souza & Jacobi (2010) explicam que além da indústria mineral a Amazônia também possui um importante papel no cenário energético nacional, do total esperado para a geração de energia nos próximos 20 anos, a bacia do Rio Amazonas deverá produzir 77% do planejado para ser incorporado ao sistema elétrico, deste percentual 62% possui alguma restrição.

Hidrelétricas como a da Bacia do Xingu são um exemplo clássico da incoerência existente entre o meio ambiente e o desenvolvimento do país. Segundo Fearnside (2006) a proposta hidrelétrica de Belo Monte é particularmente controversa porque cinco represas planejadas teriam impactos especialmente sérios rio acima de Belo Monte, estes incluem a inundação de terras indígenas, destruição de floresta tropical e emissão de gases de efeito estufa.

Outro setor Amazônico que contribui com a economia nacional é o setor da agricultura familiar e a agroindústria. Grande parte da população rural é de agricultores com estabelecimentos de pequeno e médio porte (agricultura familiar) com até 200 hectares. A produção desses agricultores é destinada basicamente aos mercados locais, regionais, nacionais e em poucos casos internacionais (HURTIENNE, 2005).

Hurtienne (2005) ainda afirma que esse segmento da agricultura sempre foi associado à lavoura "migratória" de derruba e queima com pouca estabilidade territorial e diversidade agrícola. Atualmente há a predominância de uma tendência de diversificação crescente dos sistemas de produção agrário, incluindo formas variáveis de culturas duradouras, a criação de pequenos animais, a extração vegetal e até mesmo a pecuária. Existe ainda a possibilidade de crescimento da economia de subsistência por meio da integração a complexos agroindustriais.

A potencialidade econômica da região amazônica é sem dúvida evidente quando relacionada à economia nacional, esta possui respeitável contribuição para o PIB, mas é importante lembrar os encargos ambientais que esta economia causa a região, pois a exploração desenfreada dos recursos naturais está diretamente ligada a ela.

2.2 AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

A criação de áreas protegidas ou regimes especiais de proteção para os recursos naturais é uma prática antiga da sociedade humana. No Brasil, essa questão é debatida desde as primeiras etapas do processo de construção da sociedade “moderna” brasileira, a partir da colonização portuguesa e que foi se fortalecendo década após década, à medida que a dependência humana em relação aos recursos naturais foi ficando mais evidente (MEDEIROS *et al.*, 2006).

A institucionalização política e administrativa da questão ambiental, principalmente aquelas relacionadas à proteção da natureza só se consolidou no Brasil no final do século XX, com a estruturação de instrumentos protecionistas jurídico-legais e institucionais que favoreceram a criação de áreas protegidas. Este progresso se deu por conta do fortalecimento e o aparelhamento do Estado, a participação e a influência de diferentes segmentos da sociedade civil e também o contexto internacional (PECCATIELLO, 2011).

A consolidação de um novo ideário de desenvolvimento político do Brasil foi registrada com a promulgação da segunda constituição republicana brasileira de 1934. Nela, apareceu pela primeira vez, o termo proteção da natureza como princípio básico para o qual deviam concorrer o Governo Federal, Estados e municípios (MEDEIROS *et al.*, 2006).

Em relação às políticas públicas voltadas para as questões ambientais, durante o período da ditadura militar (1964-1984) foram criadas algumas agências setoriais, tais como o Ministério das Minas e Energia (1961), Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (1965), Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (1965), entre outros, além da Secretaria Especial de Meio ambiente (SEMA) em 1973 (PECCATIELLO, 2011).

Neste sentido, a proteção da natureza adquiriu uma forte conotação geopolítica no Brasil, principalmente durante os 20 anos que o país esteve sob a ditadura militar. Durante este período, a criação de áreas protegidas compôs o instrumento estratégico do governo para as ações de expansão, integração e controle do território nacional (MEDEIROS *et al.*, 2006).

É inquestionável que o ordenamento territorial feito por meio da criação de áreas protegidas especialmente na Amazônia, foi parte de uma estratégia de governo para dominar espaços da distante região e protegê-los contra possíveis invasões, além de o governo seguir uma frente internacional de proteção dos recursos naturais, especialmente porque o Brasil já era reconhecido como um dos maiores detentores de recursos florestais e ambientais do mundo.

Porém uma questão que está inerente à discussão sobre Ordenamento Territorial e Ambiental é o aspecto da criação e gestão de UC. Em linhas gerais, é possível dizer que o conceito de território compreende desde as questões atreladas à sobrevivência, que podem envolver as relações com o substrato material, até os processos de manutenção, expansão e consolidação de espaços dominados, ou seja, as relações de poder (VALLEJO, 2002).

Com a redemocratização do país, a partir de 1985, originou-se uma nova fase de expansão e reestruturação da questão ambiental no Brasil. Houve uma tendência clara de “simplificação” da política com avanços evidenciados pela criação da Nova Constituição Brasileira (1988) que possui um capítulo dirigido especialmente à temática ambiental. A criação do Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em 1989, a criação do Ministério do Meio Ambiente (MMA) em 1992 e a criação de um sistema integrado de áreas protegidas em 2000 são provas desta nova fase (MEDEIROS *et al.*, 2006).

O estabelecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, foi o grande marco do avanço da política ambiental brasileira em relação às áreas protegidas, por meio dele é possível constatar que as diversas categorias de UC e o processo de criação das mesmas refletiram múltiplos interesses políticos, sociais, econômicos e ambientais, os quais, por sua vez, se manifestam até hoje em desarticulação na gestão dessas áreas, comprometendo justamente a finalidade de proteção das mesmas (PECCATIELLO, 2011).

O SNUC trouxe mudanças consideráveis na política de criação e gestão de UC, no sentido de garantir a efetividade da participação da sociedade nesses processos. Essas modificações introduzidas trouxeram a convicção de que a participação da sociedade é indispensável para o sucesso em longo prazo, da estratégia de conservação baseada em UC. A Lei obriga o Poder Público a consultar a sociedade antes de criar qualquer UC, devendo haver atenção especial à população local (exceto no caso de Estação Ecológica ou Reserva Biológica) (MMA, 2004).

Segundo Medeiros & Young (2011) as UC são áreas especialmente criadas pelo poder público com a finalidade, entre outros objetivos, de proteger os recursos naturais relevantes.

Esta ferramenta é uma das formas mais eficientes que estão à disposição da sociedade para atender a necessidade de preservação.

De acordo com o SNUC em seu Art. 2, inciso I as UC são entendidas como sendo:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000, p.1).

As UC subdividem-se em dois grupos: Unidades de Proteção Integral, que têm como principal função a preservação da natureza, admitindo apenas o uso indireto dos recursos naturais, nesta modalidade de UC não é permitido a permanência de moradores dentro do território integrante da unidade e as Unidades de Uso Sustentável, que têm como objetivo conjugar a conservação do meio ambiente com formas de vida sustentáveis.

Estas unidades desempenham ainda, importantes funções e seus objetivos são desfrutados por boa parte dos brasileiros, incluindo os setores econômicos. Um exemplo disso está na qualidade e quantidade de água que estão nos reservatórios das usinas hidrelétricas, estas em sua maioria estão asseguradas por UC. O turismo que potencializa a economia de muitos municípios do Brasil só é possível pela proteção das paisagens naturais dada pela presença de UC, além da contribuição dessas na mitigação da emissão de gases que causam o efeito estufa. Esses exemplos constatarem que áreas protegidas possuem uma importante função para a proteção de alguns recursos estratégicos para o desenvolvimento do país (MEDEIROS & YOUNG, 2011).

As FN integram o grupo de UC de Uso Sustentável, e segundo o SNUC os objetivos específicos de manejo das FN são baseados e consideram os objetivos da própria lei:

Art. 4º - Contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos e para a preservação e restauração da diversidade e dos ecossistemas naturais; proteger as espécies ameaçadas de extinção e as paisagens naturais; promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais; incentivar a pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental; promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico; proteger os recursos naturais necessários à subsistência das unidades familiares tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e as promovendo social e economicamente (BRASIL, 2000, p. 3).

Além disso, as FN são unidades de direito e propriedade pública, onde é permitida a permanência de populações tradicionais que já habitavam a unidade desde antes sua criação,

as atividades de pesquisa e visitação pública são permitidas, porém estas devem seguir critérios e normas estabelecidos pelo órgão responsável por sua gestão (BRASIL, 2000).

Ainda segundo Brasil (2000) em seu Artigo nº 17, o objetivo principal das FN é o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais, onde é permitida a permanência de populações tradicionais que a habitam quando de sua criação, porém esta permanência deve estar em conformidade com o disposto no Plano de Manejo da unidade.

A criação das UC no Brasil foi (e ainda é) um importante instrumento de proteção dos recursos naturais, porém a maioria das unidades criadas antes da instituição do SNUC não consideraram as populações tradicionais durante o seu processo de concepção, isto ocasionou também o estabelecimento de conflitos sociais e ambientais, ficando aos órgãos de gestão a responsabilidade de geri-los.

O histórico de proteção dos recursos naturais no Brasil reflete uma dinâmica de avanços e recuos, de perdas e ganhos, e se consolida num desafio sem precedentes para os próximos anos (MEDEIROS *et al.*, 2006).

2.3 AMAPÁ: BALANÇO HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO E A CRIAÇÃO DAS ÁREAS PROTEGIDAS

Segundo dados da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM (1990) a ocupação do que atualmente constitui o Estado do Amapá se deu por três fases, que de diferentes formas contribuíram para os fluxos de migração para a região:

Inicialmente destaca-se a fase militar, com a tentativa de colonização com famílias de pequenos agricultores nos arredores da Fortaleza de São José de Macapá. Esta tentativa não surtiu os efeitos desejados. A segunda fase a ser considerada, foi marcada pelo “boom” da borracha que acentuou o interesse genérico pela Amazônia. Entretanto, como os seringais não eram abundantes na região do Amapá, esta fase não causou grandes repercussões. A terceira fase foi determinante para a conjuntura socioeconômica do Amapá. Correspondeu a fase de descoberta do grande potencial mineral representado pelas jazidas de manganês na Serra do Navio e no rio Amapari. Nesta fase dá-se a intervenção mais efetiva da União na área, com o objetivo de desencadear o processo de desenvolvimento do território (SUDAM, 1990, p. 222).

Como parte integrante do programa de governo que tinha como principal objetivo ocupar a região fronteira brasileira, foi criado através do Decreto nº 5.812 de 13 de setembro de 1943 o Território Federal do Amapá (SUDAM, 1990; PORTO, 2007). Aliado a isso, surgiu também a economia do território que até então possuía um típico perfil extrativista da

Amazônia, produzindo borracha, castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa*), toras de madeira, ouro e criação em pequena escala de gado bovino (DRUMMOND & PEREIRA, 2007).

O programa inicial da administração do Território Federal do Amapá incluía a criação de núcleos de povoamento com pequenos agricultores. Em 1949 deu-se início a implantação da Colônia Agrícola do Matapi. No período de 1954 a 1956 o Governo do Território fundou mais cinco núcleos coloniais também chamados de Colônias Agrícolas em Oiapoque, Vila Velha do Cassiporé, Ferreira Gomes, Mazagão e Jarí (SUDAM, 1990).

Os novos surtos garimpeiros, a construção de estradas, portos e uma ferrovia, atraíram contingentes populacionais de outros estados para o Amapá. Nesta época o território possuía uma população de aproximadamente 24.500 pessoas, que estavam esparsamente distribuídas. O fluxo de migração para o Estado ainda é muito diferente dos ocorridos nos outros estados da região, o autor acredita que isto se deve pela falta de malha viária para ligar o Amapá com o restante da Amazônia (DRUMMOND & PEREIRA, 2007).

Em relação ao processo de valorização industrial dos recursos minerais na Amazônia, Porto (2007) indica que este também teve início na década de 1940, com a exploração das reservas de minério de manganês da Serra do Navio. A exploração desta mina foi o marco inicial da produção industrial e extrativa mineral na Amazônia, com a venda do minério voltado ao mercado internacional, essa atividade foi a primeira executada na região após a Segunda Guerra.

O Amapá também possuiu outro empreendimento de grande porte operando desta vez na região sul do Estado. Chelala (2008) indica que o complexo industrial que foi idealizado pelo norte-americano Daniel Ludwig estruturou-se nos limites dos estados do Amapá e Pará, no final da década de 1960. O objetivo principal do empreendimento era a produção de celulose com a substituição de aproximadamente 100 mil hectares de floresta nativa pelo plantio de pinus (*Pinus* sp.), eucalipto (*Eucalyptus* sp.) e gmelina (*Gmelina arborea*), o projeto também visava a economia agropecuária (arroz e criação de gado), além da extração de caulim e bauxita. O investimento total estimado para o projeto girou em torno de 750 milhões a 1 bilhão de dólares.

Atualmente a mineração continua sendo uma das principais atividades econômicas do Estado, entre os principais recursos produzidos estão o caulim, seguido de minério de cromo, sendo o Amapá o único produtor dessa substância na região. A produção de ouro em 2006 foi de 6 mil quilos, o que correspondeu 45% do total produzido na Amazônia. Outras produções minerais produzidas no estado foram areia, argilas comuns, além de rochas britadas e cascalho (DNPM/PA, 2007).

Assim como o restante da Amazônia, o Amapá reproduz uma economia onde a exploração dos recursos naturais é uma das bases para a geração de renda no Estado. Porém contrapondo a corrente de exploração o Amapá possui a denominação de Estado brasileiro com mais áreas protegidas, possuindo em torno de 50% de sua área territorial protegida por UC.

Uma das características mais interessantes quando se analisa os potenciais desenvolvimentistas do Amapá sob o ponto de vista da conservação ambiental, é que boa parte de seu território é composto de áreas protegidas (DRUMMOND *et al.*, 2008).

O Amapá, por manter uma parte significativa de seu território não antropizada, em especial as florestas nativas, revelou-se como um estado propício para este movimento de crescimento de áreas de uso restrito, tanto que a maioria das UC federais do Amapá foram criadas a partir de 1980 (CHELALA, 2008).

Se forem somadas as cifras referentes a todas as terras indígenas (1.142.471 ha) e as cifras referentes às UC (6.757.049,80 ha), chega-se a um total de 7.889.520,80 de hectares de terras amapaenses instituídas para usos sustentáveis ou apenas para usos indiretos (proteção integral). Isto corresponde a 55,06% da área total do Amapá. Desta forma, o Amapá se destaca nas políticas ambientais brasileiras de unidades de conservação (DRUMMOND *et al.*, 2008).

Drummond *et al.* (2008) ainda afirmam que a FN do Amapá, por exemplo, foi instituída para ser uma unidade de produção sustentada de bens florestais madeireiros, ainda que até hoje no Brasil, das FN existentes pouquíssimas foram, de fato, usadas sistematicamente para este fim.

Frente ao exposto é possível notar que o Amapá também passou pelas mesmas mudanças econômicas ocorridas nos outros Estados da região Amazônica, passando por importantes alterações em seu território, o mais evidente deles se deu por meio da criação de áreas protegidas.

2.4 CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Ferreira *et al.* (2001) demonstra que as populações que vivem em florestas, como caiçaras, indígenas, caipiras e caboclos ainda apresentam uma economia bastante dependente da floresta, dos mangues, restingas e outros ecossistemas. Todavia, segundo Theodoro *et al.* (2004) as UC propostas no Brasil até o século XX não consideraram o padrão de política de

conservação adotado, seja no âmbito federal ou estadual. Elas foram resultado de um processo arbitrário de tomada de decisões, onde havia suposições de que a conservação de remanescentes florestais não seria um direito reivindicado pelas coletividades que viviam nos limites territoriais dessas áreas.

A inexistência de uma estratégia clara de integração das UC às questões locais e globais ligadas aos principais acordos internacionais feitos nos anos de 1980 e 1990 gerou e ainda gera, conflitos em diferentes localidades, consequentes, principalmente da criação e implementação de áreas protegidas feitas de forma autoritária e pouco negociada com os diferentes segmentos envolvidos (MEDEIROS *et al.*, 2006).

As propostas de conservação estabelecidas em gabinetes fechados, muitas delas discutidas e referendadas em eventos no exterior, acabaram sendo altamente politizadas e mobilizaram diversos atores de diferentes áreas do conhecimento; outros tiveram que rever suas posições e conceitos, entre estes, principalmente os moradores das UC, que em sua maioria não tiveram nenhuma participação importante no processo de discussão, foram repentina e inusitadamente lançados a uma situação de ouvintes (THEODORO *et al.*, 2004).

Os conflitos e problemas ambientais gerados por esta forma de criação de UC se estabeleceram em sua grande maioria, em função da discordância de Políticas Públicas, o que resulta, frequentemente, no direcionamento do uso do mesmo espaço geográfico e apropriação da terra de diferentes maneiras (cultivo, extrativismo, caça, exploração da madeira, implantação de assentamentos, exploração mineral, entre outros), estas por sua vez, contrariam frequentemente o estatuto de proteção da área em questão (MEDEIROS *et al.*, 2006).

Para o melhor entendimento do que é conflito e do que é problema ambiental Carvalho & Scotto (1995 *apud* QUINTAS, 2002) explicam que problema ambiental é exemplificado por aquelas situações onde há o risco e/ou dano social/ambiental e onde não há nenhum tipo de reação dos atingidos ou de outros atores da sociedade civil para a resolução do problema, enquanto que conflito ambiental é caracterizado por aquelas situações onde há o confronto de interesses representados por diferentes atores sociais, seja em torno da utilização ou da gestão dos recursos ambientais. Neste sentido pode-se afirmar que muitos conflitos ambientais envolvem um problema ambiental, porém nem todo problema ambiental envolve um conflito.

O desafio enfrentado pelo Poder Público ainda é o de definir instrumentos institucionais adequados à gestão de UC, pois cada região do Brasil possui um perfil socioambiental diferente e a proposta criada com o SNUC é a de criar áreas legalmente protegidas sem que isso signifique abdicar do bem estar dos povos que nelas vivem. É nesse

contexto que a ação cotidiana dos órgãos de gestão colocou seus agentes em uma situação social de confronto com os moradores dessas áreas que estão sobre proteção legal (THEODORO *et al.*, 2004).

Infelizmente muitas UC foram criadas sem qualquer consulta às comunidades do entorno e interior das áreas transformadas em espaços protegidos. Quando houve a efetivação de gestão nessas unidades, os órgãos responsáveis por cumprir as leis ambientais existentes se fizeram presentes em lugares onde não havia estrutura alguma de governo, isto acabou gerando mudança no cotidiano desses moradores, o que também criou conflitos pelo fato de o acesso aos recursos ambientais passarem a ser controlados nesses locais.

Dentro do contexto de confronto ou conflito social em UC, Quintas (2002) sugere que:

Na área ambiental, a ideia de conflito está associada ao controle de recursos que hoje sabe-se que são limitados e não podem ser utilizados indiscriminadamente. Quando se analisam conflitos sociais e políticos, deve considerar que eles são inerentes à própria existência do meio social. Não se tem notícia de sociedade sem conflitos e por este motivo não se pode acabar com conflitos no meio social, “o processo ou tentativa mais frequente é de proceder à regulamentação dos conflitos, isto é, à formulação de regras aceitas pelos participantes, que estabelecem determinados limites aos conflitos” (QUINTAS, 2002, p. 25).

É importante que haja a participação da sociedade tanto na criação quanto na gestão de UC, a gestão integrada é hoje um suporte teórico e prático para aqueles que acreditam ser a participação uma solução viável para a gestão de conflitos e a alternativa mais justa e democrática nos processos de conservação de aspectos naturais ou socioculturais (DRUMOND *et al.*, 2009).

Em alguns casos, é preciso que aconteça uma situação de conflito explícito na sociedade civil, entre atores que defendem interesses coletivos e atores que representem interesses privados, para que o Poder Público compreenda que há a existência de um dano e/ou risco ao meio ambiente e assim comece a tomar providências cabíveis (QUINTAS, 2002).

O problema é que em muitos casos há a demora na tomada de decisões por parte do poder público, resultando em casos extremos e inaceitáveis de embate entre os atores envolvidos, havendo ameaças, agressões e em situações mais graves até homicídios.

Uma das soluções mais eficientes para a minimização dos conflitos é envolver os atores locais nas ações de gestão da UC, a participação social tem se mostrado um recurso eficaz para o controle de conflitos socioambientais.

A participação social para a gestão de áreas protegidas envolve questões amplas, complexas e ambíguas; neste movimento, um dos grandes desafios é o “fazer coletivo”, onde a afirmação do processo participativo como um novo paradigma nas práticas modernas de gestão de UC deve entender que a participação social pode ser a garantia ética de sustentabilidade dos projetos de conservação dos recursos renováveis e/ou de desenvolvimento local (IRVING, 2003).

As políticas públicas voltadas para a participação social na gestão ambiental têm sido uma poderosa ferramenta de transformação da sociedade, uma vez que provoca o debate sobre as limitações, os deveres e direitos que os cidadãos têm em relação ao meio ambiente. Esta, entre outras razões, pode constituir um novo paradigma, que em seu tempo, implicará um diferente padrão de relacionamento dos seres humanos com a natureza (THEODORO, 2005).

É imprescindível que haja o envolvimento, quando possível, dos diferentes atores envolvidos no conflito socioambiental, a mitigação de conflitos tem de ser feita de forma gradativa e com cuidado para que não haja o agravamento do mesmo. É evidente que o caminho a ser seguido ainda é longo e árduo, e mesmo que nunca haja o total fim do conflito, este pode gerar novas realidades de gestão e manejo dos recursos naturais. Desta maneira a gestão de conflitos socioambientais se mostra uma importante ferramenta na busca por formas de vida mais sustentáveis.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A FN do Amapá foi a primeira UC de Uso Sustentável criada no Estado do Amapá. Localizada na região central do Estado, a unidade tem uma área de aproximadamente 459.800 hectares, sendo a 5ª maior do Amapá (Figura 1). Está localizada em terras dos municípios de Amapá, Ferreira Gomes e Pracuúba e está distante 47 km do município de Porto Grande por via fluvial pelo Rio Araguari (SIMONIAN, 2010).

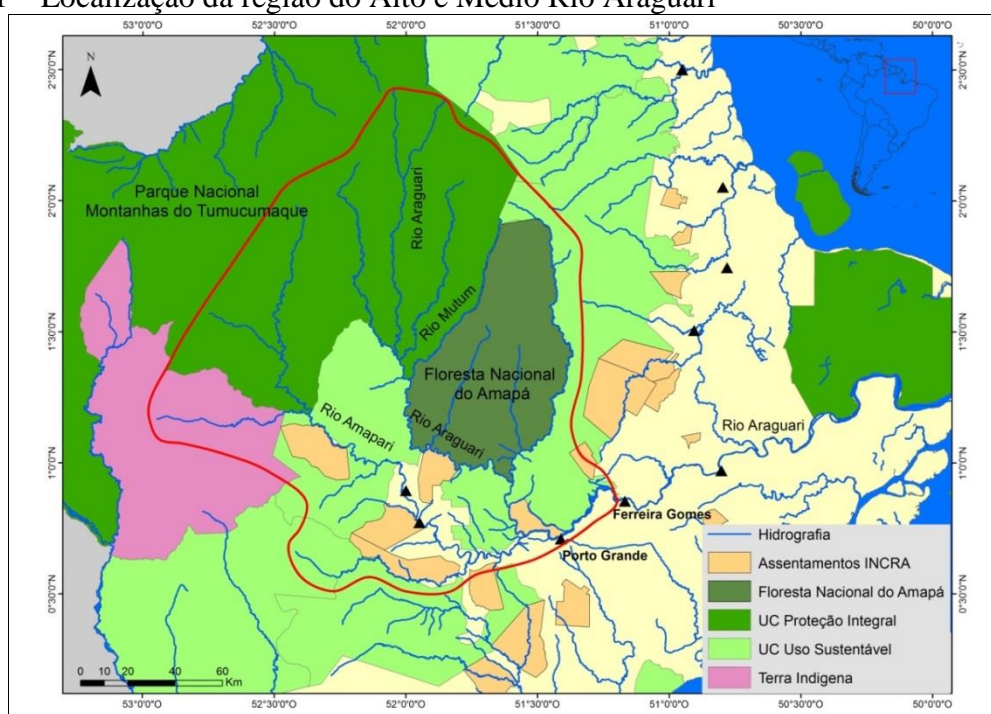
De acordo com o Decreto nº 97.630, de 10 de abril de 1989 que criou na FN do Amapá, o principal objetivo da UC é promover o uso múltiplo dos recursos naturais de forma a permitir a geração permanente de bens e serviços passíveis de serem oferecidos pela UC.

Ainda segundo o seu Decreto de criação, Art. 1 Parágrafo único:

A área de que trata este artigo tem seu perímetro definido no lado leste, partindo-se da cabeceira do rio Falsino até sua confluência com o rio Araguari, limite sul, segue por este rio até sua confluência com o rio Mutum, limite oeste, segue por este rio até sua cabeceira, e o limite norte definido por uma linha seca de latitude norte 1°51'42" até a cabeceira do rio Falsino, ponto inicial da descrição deste perímetro (BRASIL, 1989).

A região conhecida como Alto e Médio Rio Araguari está situada rio acima do município de Porto Grande, na porção inicial da calha do Rio Araguari que nasce dentro do Parque Nacional (PARNA) Montanhas do Tumucumaque, na figura 1 esta região é compreendida pela linha vermelha no mapa.

Figura 1 – Localização da região do Alto e Médio Rio Araguari



Fonte: Dados da pesquisa/2014

É caracterizada por um relevo movimentado, com morros, colinas e encostas que integram as bordas do chamado Escudo das Guianas, além de platôs remanescentes. Os solos predominantes são o latossolo amarelo e o latossolo vermelho-amarelo. Possui uma floresta densa de terra firme, constituída na forma de grandes maciços florestais, que recobrem áreas extensas e fortemente colinosas. Em aspectos estruturais, constitui-se por formações luxuriantes, densas, com árvores altas e emergentes e ricas em espécies de valor comercial. Em aspectos fisiológicos, é apresentada por duas tipologias: floresta densa dos baixos platôs e floresta densa sub-montana (DRUMMOND *et al.*, 2008).

Drummond *et al.* (2008) ainda completam dizendo que em relação às espécies de animais encontrados na FN do Amapá, cinco aparecem na lista oficial de espécies ameaçadas

de extinção, são elas: ariranha (*Pteronura brasiliensis*), tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*), tatu-canastra (*Priodontes maximus*), onça-pintada (*Panthera onca*) e uma espécie de gato do mato (*Leopardus* sp.). Para a área também são conhecidos mamíferos de grande porte como a anta (*Tapirus terrestris*), o queixada (*Pecari tajacu*), entre outros, há também uma alta diversidade de primatas, tais como: macaco-aranha (*Ateles paniscus*), guariba (*Alouata macconnelli*), macaco-prego (*Cebus apella*), entre outros. Além de duas espécies raras de primatas: o macaco-voador (*Pithecia pithecia*) e o cuxiu (*Chiropotes sagulatus*).

O clima segue o padrão existente na Bacia do Rio Araguari. Sistemas de grande escala como a Zona de Instabilidade e a Zona de Convergência Intertropical são predominantemente atuantes. Estes eventos condicionados aos eventos de El Niño e La Niña influenciam nas chuvas que ocorrem na região e no Estado do Amapá como um todo, consequentemente atuam na abundância de água que é disponibilizada para as bacias hidrográficas (OLIVEIRA *et al.*, 2010).

Na região onde a FN está inserida existem duas outras UC que compreendem grande parte do seu entorno: o PARNA Montanhas do Tumucumaque (localizado na porção noroeste da FN) e a Floresta Estadual do Amapá (FLOTA), além de projetos de assentamento (PA) do INCRA (ICMBIO, 2014).

A FN possui áreas com ocupação humana dentro dos seus limites. Estas estão concentradas na parte Sul, nos rios Araguari e Falsino e são ocupações típicas de ribeirinhos que desenvolvem atividades características de subsistência tais como agricultura de coivara, pesca e caça. Alguns produzem farinha de mandioca para comércio em Porto Grande e comunidades próximas (SIMONIAN, 2010).

As comunidades do entorno da UC que estão espalhadas por toda a extensão sul limítrofe da FN, sendo estas: a da FLOTA e do Projeto de Assentamento (PA) Manoel Jacinto, elas e possuem ligação direta com a unidade e fazem parte da maioria dos programas que são desenvolvidos pelas entidades parceiras da FN e pela própria gestão da UC.

3.2 MÉTODOS DE PESQUISA E COLETA DE DADOS

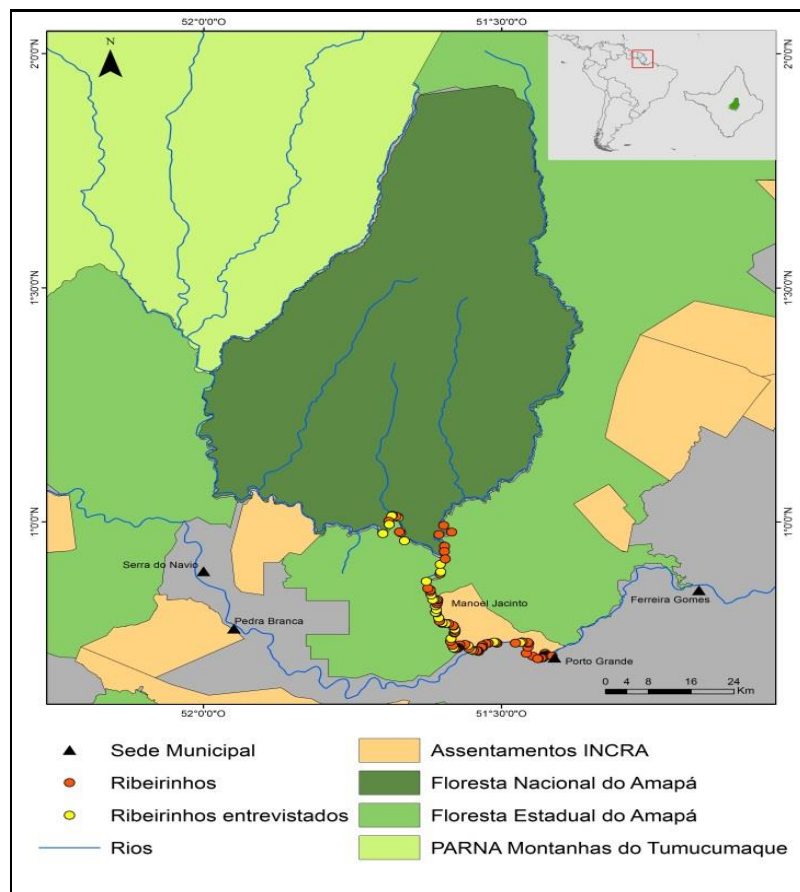
A presente pesquisa contou com o apoio do ICMBio e da Organização Não Governamental (ONG) Conservação Internacional do Brasil (CI-Brasil) para as atividades de campo. Estas instituições ofereceram a logística e suporte técnico necessários para a pesquisa nas unidades familiares do interior e entorno da FN do Amapá, através de projetos que

incentivam práticas agroecológicas na região, como parte integrante do Programa de Apoio à Implementação da Floresta Nacional do Amapá (PAIFA).

O estudo foi feito no interior e entorno da FN do Amapá, nas regiões que compreendem as localidades de Porto Grande, Assentamento Manoel Jacinto, FLOTA e FN do Amapá. As viagens a campo para execução das entrevistas ocorreram em dois períodos, no primeiro deles que ocorreu entre os dias 25 de maio e 01 de junho de 2013 onde houve o mapeamento de todas as ocupações ribeirinhas no percurso Porto Grande/FN do Amapá. Durante o mapeamento foram identificados 97 pontos com casas na beira do rio, sendo observadas algumas casas abandonadas; que não possuíam pessoas no momento do mapeamento; e residências que não sofriam influência das normas de gestão e dos programas realizados pela UC.

Neste primeiro período foram coletados dados iniciais em 21 unidades familiares, e no segundo período de coletas que ocorreu entre os dias 17 a 19 de junho de 2013 foram feitas entrevistas em mais 10 unidades familiares, totalizando 31 unidades entrevistadas. A figura 2 a seguir demonstra onde estão localizados os pontos mapeados e as residências entrevistadas.

Figura 2 - Locações ribeirinhas mapeadas no percurso Porto Grande/FN do Amapá e unidades entrevistadas



Fonte: Dados da pesquisa/2014

Para a caracterização do perfil dos moradores, houve a utilização de alguns temas do Formulário de Pesquisa de Campo¹ na FN do Amapá (ANEXO A), a fim de avaliar a percepção ambiental, social e econômica da população ribeirinha da FN do Amapá e seu entorno (FLOTA e PA Manoel Jacinto), os itens considerados foram: 1.3 (Naturalidade), 1.6 (Quanto tempo mora neste local?), 1.7 (Ocupação principal?), 1.11 (Experiência profissional anterior), 1.12 (Classificação), 2.2 (Organização Social), 2.3 (Acesso à Educação), 4.6 (Classificação das moradias), 4.7 (Tipo de Construção da Habitação), 5. (Caracterização da renda familiar), 7.4 (Quais atividades que exerce sofreram mudanças?).

Os formulários foram aplicados nas residências localizadas mais próximas à FN do Amapá e que fazem parte do público alvo das ações de planejamento e gestão da unidade e do PAIFA.

Após a tabulação das questões mais relevantes obtidas através dos formulários foi possível construir gráficos no Excel para a melhor análise dos dados coletados.

Além da aplicação dos Formulários de Pesquisa que possibilitaram o emprego de perguntas fechadas e diretas, também foram feitas entrevistas semiestruturadas para traçar o histórico do processo de ocupação da região e identificar as principais mudanças na forma de organização e produção dos moradores.

Segundo Verdejo (2003) as entrevistas semiestruturadas são guiadas por 10 a 15 perguntas-chave pré-determinadas. A ferramenta facilita criação de um ambiente aberto ao diálogo e permite à pessoa entrevistada se expressar de forma livre e sem as limitações que seriam criadas por um questionário. A entrevista semiestruturada pode ser realizada com pessoas chave ou com grupos.

Estas entrevistas são executadas de forma aberta e informal, são conversas, onde é possível discutir questões específicas sobre o uso de recursos naturais além de outros fatos que sejam considerados relevantes para o estudo. A maior parte dos questionamentos surge durante a entrevista, de acordo com as respostas dadas pelo informante. São inúmeras as informações que podem ser obtidas e quando intercaladas com outras ferramentas as entrevistas semiestruturadas podem ser úteis para o aprofundamento de questões importantes do estudo pretendido (DRUMOND *et al.*, 2009).

As entrevistas semiestruturadas foram feitas com os moradores residentes há mais de 10 anos na região do Alto e Médio Rio Araguari, os entrevistados eram preferencialmente o

¹O Formulário de Pesquisa de Campo compõe uma pesquisa maior que está sendo coordenada pela CI-Brasil em parceria com o ICMBio, que teve por objetivo fazer um Diagnóstico Rural Participativo para a promoção de atividades agroecológicas na região do Alto e Médio rio Araguari.

casal da locação ribeirinha, esses moradores foram escolhidos após a aplicação do Formulário de Pesquisa de Campo, o registro foi feito em vídeo, e só aconteceu após a aprovação dos entrevistados.

Além dos moradores também foram feitas entrevistas semiestruturadas em áudio com os dois analistas ambientais do ICMBio responsáveis pela gestão da FN do Amapá a fim de ter maiores informações sobre os conflitos socioambientais existentes na UC e as estratégias adotadas pela gestão para minimização dos mesmos.

Os vídeos foram utilizados exclusivamente para a coleta de dados desta pesquisa, não havendo, portanto, a divulgação das imagens para outros fins. As informações coletadas nos vídeos e nos áudios foram transcritas e analisadas antes de serem inseridas nesta pesquisa.

Os mapas foram elaborados pelo programa ArcGis 10, que é um software de análise geostatística que possibilita a criação de mapas. Este programa serviu para demonstrar a região compreendida como Alto e Médio rio Araguari e para mostrar onde a coleta de dados da pesquisa foi realizada.

4 APRESENTAÇÃO DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 PROCESSO HISTÓRICO ECONÔMICO DA REGIÃO

Conflitos socioambientais são comuns em UC de todo o Brasil. Um estudo feito em unidades de conservação do Vale do Ribeira e Litoral Sul do Estado de São Paulo, demonstrou que nesta região os impactos advindos da criação de espaços protegidos foram gerados durante o processo de institucionalização destes. A ação truculenta da Polícia Florestal prejudicou a aceitação desses espaços pela população local. Os moradores foram pegos de surpresa, pois não tinham qualquer conhecimento sobre a nova situação legal de suas antigas posses e sobre as novas normas restritivas ao uso dos recursos, estes acabaram abandonando as áreas em que moravam. Esses grupos que se encontravam à margem das políticas públicas e do mercado, e viviam como pequenos agricultores familiares, pescadores ligados à pesca em pequena escala, extratores de recursos vegetais e animais, experimentaram no cotidiano a imposição de uma situação de total suspensão de direitos (FERREIRA, 2001).

Ferreira (2001) ainda afirma que o impacto desta etapa deixou marcas suficientes para gerar uma onda de revolta e perplexidade naqueles sujeitos. Essas marcas refletiram-se em

forte desconfiança nos agentes institucionais, porém este estado de conflito inicial foi substituído por uma opção pela negociação e colaboração de ambas as partes.

Brito (2008) descreve que não se pode afirmar que os conflitos na gestão ambiental e, principalmente, no gerenciamento das UC, são totalmente negativos, pois estas relações conflituosas surgem de diversas formas, e dão origem as negociações e a busca por mecanismos para a regulação da gestão destas áreas. As UC podem ser consideradas como um laboratório para o estudo dos conflitos, pois, é um espaço com limites definidos, onde podem ser observados e analisados diversos aspectos conflitantes, necessitando uma visão interdisciplinar dos problemas.

Na região do Alto e Médio Rio Araguari no estado do Amapá diversas atividades no passado movimentaram a sua economia. A extração do látex caracterizou-se como uma das primeiras atividades realizadas, entretanto frente ao declínio do preço da borracha os seringueiros foram forçados a modificar suas atividades. Alguns passaram a “mariscar” (termo utilizado pelos moradores para a atividade de pesca), outros trabalharam na extração da maçaranduba (*Manilkara amazônica*) e outros trabalharam como “gateiros” (termo utilizado para designar os homens que caçavam felinos de médio de grande porte para a comercialização de suas peles).

As mudanças ocorridas na realidade da população local se deram principalmente com a criação de instrumentos legais como a Lei de caça (Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967) que tornou crime o exercício profissional da caça e a comercialização de fauna silvestre e de produtos oriundos de animais silvestres, e a Lei de Crimes ambientais (Lei nº 9.605, de 12 de janeiro de 1998), a qual tornou crime a derrubada de madeira em floresta considerada de preservação permanente sem a prévia permissão da autoridade competente, e ratificou a lei nº 5.197/1967, atribuindo penalidades mais rígidas aos crimes contra a fauna silvestre (BRASIL, 1967; BRASIL, 1998).

Segundo Medeiros *et al.* (2006) um fator importante para algumas mudanças ocorridas no Brasil com a instituição de novos instrumentos legais, foi o fato de que o país passou por diversas alterações políticas e sociais que modificaram o contexto das ações de proteção dos recursos naturais, as principais delas ocorreram durante os 20 anos quando o Brasil viveu sob a ditadura militar (1964-1984). Neste período, o governo atrelado a outros interesses internos dos Estados subordinados a ele, criou uma forte conotação geopolítica para a proteção da natureza.

Mesmo que os interesses do regime ditatorial fossem escusos à preservação do meio ambiente, as políticas ambientais iniciadas neste período acabaram determinando o fortalecimento da instrumentação legal brasileira em relação às questões ambientais.

Instituídas em momentos diferentes da história da região, essas leis foram determinantes para o estabelecimento de novas atividades de geração de renda dos moradores do Alto e Médio Rio Araguari, até então não havia uma presença intensa de pessoas na área onde hoje existe a FN do Amapá. A maioria das atividades exercidas nestes períodos era realizada especialmente por moradores do município de Porto Grande.

O histórico de ocupação dessa região se deu de forma lenta e gradual através de surtos populacionais, o principal deles aconteceu durante a descoberta nos anos de 1970 de áreas com potencialidade para o garimpo de ouro. Com a descoberta desses garimpos muitas pessoas migraram para a região, alguns para trabalhar como garimpeiros, outros para lucrar com a economia que o garimpo possibilitava.

Os moradores que não eram garimpeiros trabalhavam como agricultores, vendendo toda a produção (legumes, frutas, verduras e principalmente a farinha de mandioca) para o garimpo, cuja economia movimentou a realidade da região durante mais de 30 anos.

Somente com a criação da FN do Amapá em 1989 novas mudanças começaram a acontecer. O garimpo, gerador de renda para toda aquela população, passou a fazer parte do território da UC, porém continuou em plena atividade até o ano de 2008.

Apesar das áreas de garimpos serem mais antigas que a criação da UC, a ocorrência da atividade de extração ilegal de minérios na FN e região de entorno só foi evidenciada no final de 1993, quatro anos após a criação da unidade, quando houve a construção da sua base física (ICMBIO, 2014).

Em 2003, o IBAMA realizou o cadastramento da população garimpeira que atuava na região, houve a identificação dos garimpos ativos na época. Neste cadastramento foi constatada a existência de sete garimpos em atividade, um deles situado no entorno da FN, na região do igarapé do Josefi, e todos os outros no interior da unidade, na região do igarapé da Capivara (Figura 3), os quais estavam instalados nos igarapés Boca do Braço, Tamanduá e Dá o Jeito (ICMBIO, 2008).

Figura 3 - Imagem aérea da região do Garimpo da Capivara no interior da FN do Amapá quando este ainda estava em atividade.



Fonte: ICMBio, 2008.

O relatório do ICMBio (2008) ainda aponta que os garimpeiros cadastrados estavam fixados na área desde meados da década de 1970 e operavam sem nenhum tipo de licença para realização de lavra na região.

Somente em 2008 quando aconteceu a transferência de gestão do IBAMA para o ICMBio e houve o investimento de recursos da União para potencializar as atividades do instituto, foi possível proceder o fechamento dos garimpos existentes na região do Igarapé da Capivara. Foi a partir deste momento que a realidade da região mudou. Houve a saída em massa de pessoas das áreas que ocupavam as margens do rio Araguari, principalmente daquelas mais próximas ao garimpo, e os moradores que permaneceram não tinham mais uma fonte de renda permanente.

Segundo a maioria dos moradores o fechamento do garimpo foi uma ação muito negativa para a região, pois boa parte dessas pessoas não continuou morando de forma permanente nas áreas ribeirinhas, as quais se transformaram em moradia secundária, pois se mudaram para o município de Porto Grande. Os moradores que ficaram continuaram com as atividades de agricultura, porém esta se tornou basicamente de subsistência.

Nesse mesmo período houve também a intensificação das operações de fiscalização para coibir atividades de caça e pesca ilegal dentro da unidade. Os moradores não estavam acostumados com a presença do Estado na área e foram levados a cumprir as leis ambientais vigentes.

Theodoro (2005) explica que nas sociedades contemporâneas cresceu a importância de uma modalidade particular de conflito – aquele que se dá em torno do meio ambiente. Entre

os principais problemas, destacam-se a finitude e a eventual escassez de alguns bens (petróleo, água potável, peixes), a poluição do ar e da água, a contaminação por substâncias tóxicas, a extinção de espécies e a redução de seus habitats, a perda ou esterilização de solos agrícolas por conta de práticas predatórias, o desmatamento, o efeito estufa, as ameaças à biodiversidade, entre outros, que somados possuem relação com quase todos os recursos naturais.

Diversos autores (FERREIRA *et al.*, 2001; MARINHO, 2006; SIMON, 2003) têm descrito como ocorrem os conflitos socioambientais em UC brasileiras: estão sempre relacionados ao modo de utilização dos recursos naturais. Em geral há divergências entre o posicionamento dos gestores das unidades e a população (CREADO, 2008; ALENCAR, 2004; GOMES *et al.*, 2004; NASCIMENTO & BURSZTYN, 2010).

Na FN do Amapá o conflito típico existente é aquele gerado pelo interesse diverso em relação ao uso do meio ambiente. O conflito ocorreu principalmente a partir do estabelecimento de um órgão regulatório na região após um longo período de exploração dos recursos naturais sem qualquer presença institucional no local.

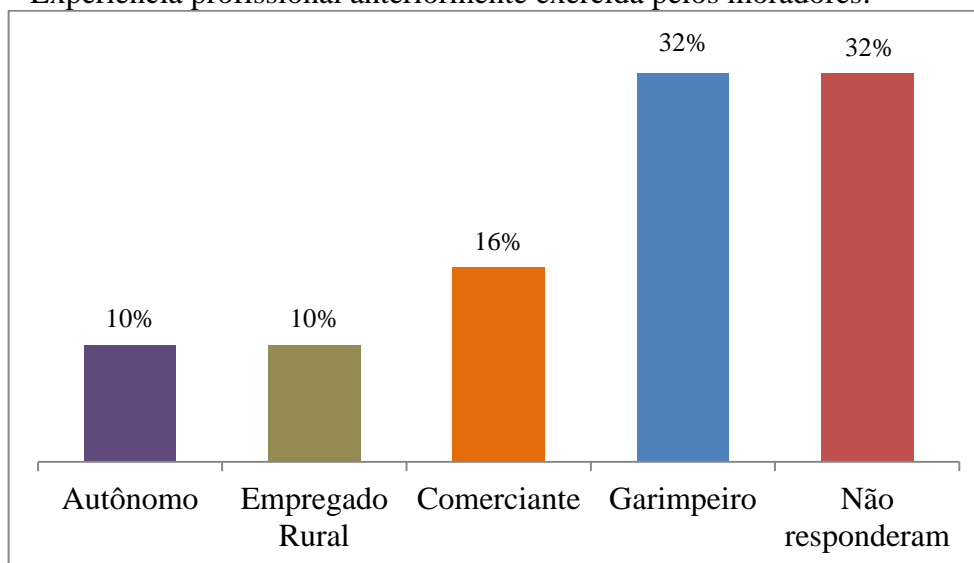
4.2 CARACTERIZAÇÃO ATUAL DA POPULAÇÃO LOCAL

Por meio do Formulário de Pesquisa de Campo foi possível identificar que a maioria dos moradores são do Estado do Amapá (cerca de 53%), seguidos de moradores vindos do Estado do Pará, Maranhão e Rio Grande do Norte, 35%, 6% e 3% respectivamente. 77% dos entrevistados moram há pelo menos 20 anos na região, mas há casos de moradores que vivem há mais tempo no local, sendo 16% residindo entre 21 e 40 anos e 6% de 41 a 60 anos.

A principal atividade exercida pelos moradores é a agricultura e/ou pesca (94%), havendo também os casos de pessoas que trabalham como barqueiros e caseiros, 3% cada. No caso dos agricultores poucos vendem a produção, a maioria planta para o próprio consumo, sendo a farinha de mandioca o único produto que normalmente é comercializado por alguns moradores. A principal finalidade da pesca também é a subsistência.

Quando perguntados sobre a atividade anteriormente exercida (Figura 4) os entrevistados responderam o seguinte: trabalhavam como garimpeiros (32%), comerciantes (16%), autônomos (10%) e empregados rurais (10%). Curiosamente 32% dos entrevistados não responderam essa pergunta, portanto o número de atividades exercidas por estes moradores pode ser maior.

Figura 4 - Experiência profissional anteriormente exercida pelos moradores.



Fonte: Elaboração da autora/2014

Uma parcela de 68% dos entrevistados participa de alguma modalidade de Organização Social, contra 32% que afirmaram não participar de nenhuma. Uma das organizações sociais com mais associados na região é a Colônia de Pescadores Z-16. No local existe também a Associação de Moradores Agroextrativistas do Alto e Médio Araguari (BOM SUCESSO) que ainda está em fase de implantação, esta foi criada em 2013 com o apoio do ICMBio, CI-Brasil e outros parceiros.

As ações executadas pelo PAIFA têm como público alvo os associados da BOM SUCESSO, pois estes são em geral moradores da região do Alto e Médio Rio Araguari, enquanto que a Colônia Z-16 possui membros com residência fixa em Porto Grande.

Atualmente existe um acordo entre a gestão da FN e a Colônia de Pescadores Z-16 de Porto Grande, permitindo aos pescadores associados exercerem a atividade de pesca no Rio Araguari dentro da FN do Amapá. Para tal, os pescadores devem se apresentar na base de campo da UC portando a carteira da colônia antes e ao final da pescaria, sendo expressamente proibidas a pesca no rio Falsino ou a pesca comercial por não associados da colônia de pescadores Z-16.

Quando perguntados sobre as formas de acesso à escola, 42% dos entrevistados responderam que este acesso é difícil, apenas 10% responderam fácil acesso e o restante (48%) não respondeu à pergunta, pois não possuíam crianças em idade escolar na unidade familiar. Na região existe apenas uma escola em funcionamento, e esta possui turmas até o quinto ano (antiga quarta série) do ensino fundamental, para dar continuidade aos estudos as crianças precisam se deslocar até o município de Porto Grande. Infelizmente como a situação

de renda dos moradores em geral é baixa, uma parte das crianças para de estudar neste período.

Em relação à principal origem de renda familiar, 45% recebem somente o seguro defeso, 26% recebem somente aposentadoria e 13% recebem somente a Bolsa Família, enquanto 16% recebem outra forma de renda. Estes dados demonstram a difícil situação de vida dos moradores, constituída por fonte de renda baixa.

Um percentual de 81% dos moradores classificou a moradia ribeirinha no entorno da FN como moradia principal, já para 19% dos entrevistados a residência ribeirinha é secundária, pois possuem casa principal no município de Porto Grande ou em outros municípios do Estado. As casas ribeirinhas são construídas principalmente com madeira (84%) (Figura 5) e pequena parte com madeira e alvenaria (13%) ou apenas alvenaria (8%).

Figura 5 - Estrutura de uma das casas ribeirinhas do Alto e Médio Rio Araguari



Fonte: Elaboração da autora/2013

As casas em geral não possuem rede de esgoto, e nem banheiros, em 50% das residências os banheiros são feitos sobre fossas negras, 27% utilizam o rio para a destinação do esgoto sanitário, apenas 18% possuem fossa séptica e 5% disseram dar outro destino aos detritos.

Não há a disponibilização de água tratada, a distância das residências não permite que estas façam parte das redes de água e esgoto. Sendo assim, boa parte dos moradores utiliza a água proveniente do rio Araguari e em alguns casos o tratamento dado à água é feito através da dissolução de hipoclorito para que esta se torne própria ao consumo.

Os resultados obtidos por meio dos formulários permitiram identificar que os moradores se classificam principalmente como ribeirinhos, agricultores familiares, extrativistas e pescadores; no caso daqueles que moram no PA Manoel Jacinto também se classificam como assentados rurais. Estes possuem uma forma de vida simples e têm uma relação econômica intimamente ligada à utilização dos recursos naturais.

4.3 PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS ADOTADAS PARA A MITIGAÇÃO DO CONFLITO EXISTENTE

A partir das entrevistas semiestruturadas feitas com a equipe gestora da FN do Amapá foi possível chegar aos seguintes resultados:

Para os analistas ambientais da FN a tendência é que ocorra a diminuição desses conflitos. Com a proibição da atividade de garimpo iniciou-se um embate na região, pois aquelas pessoas estavam há 30 anos praticando as mesmas formas de exploração da natureza e foram obrigadas a mudar de atividade. Porém novos projetos estão sendo desenvolvidos com a população, estes objetivam provocar uma visão mais participativa dos comunitários, pois se estes estiverem mais envolvidos nas ações da unidade, esta poderá tornar o conflito um agente modificador da realidade da região.

Quando ocorreu a real consolidação da unidade a nova gestão buscou trabalhar somente o que fosse permitido para a área. Mesmo com todo o contexto de conflito gerado a partir dessa consolidação atualmente os gestores da UC percebem a diminuição na lavratura de autos de infração dentro da FN, em virtude da maior ocorrência de operações de fiscalização, levando os moradores e os pescadores do entorno a respeitar mais as normas aplicadas.

Para esses gestores o conflito com os moradores está mais controlado, havendo um problema específico com apenas um morador, o qual ainda não aceita as normas estabelecidas. Já houve por parte da equipe de gestão a tentativa de inserção deste em projetos de geração de renda, mas todas acabaram fracassando, pois o morador continuou cometendo infrações no interior da unidade. Os demais conflitos existentes estão ligados principalmente àqueles que não moram na UC e nem em seu entorno, mas que utilizam a região para atividades de pesca e caça ilegal. A ocorrência maior de infrações acontece com pessoas que desconhecem as normas de gestão da unidade.

A fim de permitir a utilização racional dos recursos, uma das primeiras ações da gestão foi a de realizar a elaboração do Plano de Manejo da FN, publicado no início de 2014. No plano de manejo existem algumas atividades permitidas como alternativa de renda para os moradores, entre elas estão: a instalação de práticas agroecológicas na região, o uso sustentável dos recursos não madeireiros e o turismo.

Para o envolvimento efetivo dos moradores em projetos desenvolvidos pela unidade e por seus parceiros, foi trabalhada em 2012 e 2013 a criação da associação BOM SUCESSO. Com ela instituída será possível trabalhar com mais eficácia os projetos de iniciativa da UC, além promover aos moradores a busca pela melhoria na qualidade de vida. A criação da associação poderá facilitar o financiamento de ações por outras instituições que possuem interesse em investir em iniciativas sustentáveis e a melhoria da qualidade de vida de populações com baixa renda.

Theodoro (2005) demonstra que o processo de gestão ambiental deve compreender que uma situação de conflito pode se converter em um momento ideal para o fortalecimento da participação da sociedade, capacitando-a, quando necessário, ou viabilizando mecanismos e métodos que possam intervir ativamente no manejo, na resolução ou mediação desses conflitos, os quais a população interessada não teria capacidade de enfrentar sem o apoio externo.

Neste sentido Ayres & Irving (2006) explicam que uma proposta de gestão participativa para as áreas protegidas requer um investimento no ser humano e no grupo, promovendo a descoberta do seu potencial, provocando atitudes e valores que favoreçam a prática plena do seu papel como agente transformador e facilitador das relações interpessoais na convivência social.

Sob essa perspectiva de manejo participativo os gestores da FN verificaram que quando a gestão passou a apoiar e promover projetos incluindo os moradores, foi criada também uma ferramenta de aproximação destes com a unidade. A partir dessas ações espera-se haver o maior engajamento dos comunitários com as atividades permitidas na FN do Amapá, além de transformá-los em agentes modificadores de suas realidades.

Mesmo com todo o histórico de exploração dos recursos naturais, atualmente os moradores ribeirinhos do Alto e Médio Rio Araguari não vivem somente do extrativismo, as principais atividades exercidas estão relacionadas com a agricultura de subsistência, por isso a gestão também está incentivando o desenvolvimento dessas atividades, as quais em geral não se contrapõem aos objetivos da UC. Através da implantação das práticas agroecológicas será

possível haver o uso racional dos recursos com a melhoria na qualidade da natureza e na saúde da população local.

O incentivo ao manejo florestal comunitário principalmente relacionado aos recursos não madeireiros está em fase de implantação na FN do Amapá, e contempla a cadeia produtiva do Açaí (*Euterpe oleracea*), da Andiroba (*Caraba guianensis* Aubl.), do Breu Branco (*Protium heptaphyllum*), e outras resinas que podem ser encontradas na região.

A gestão percebe ainda como atividade possível de ser realizada na UC o turismo ecológico de base comunitária como uma boa alternativa de geração de renda para a população local. A região possui esta potencialidade e atualmente ela não é exercida de forma profissional, mas esse uso pode ser aperfeiçoado e potencializado para ser explorado de uma melhor maneira.

Bellinassi *et al.* (2011) fazem uma ressalva a importância do retorno econômico acarretado pelo ecoturismo, porque poderá possibilitar o subsídio financeiro à população e justificar, por meio dos resultados de visitação, a alocação de verbas do Estado para a UC. O ecoturismo implica na participação ativa da comunidade local, e conseqüentemente uma gestão descentralizada da UC. Isso exige de um lado o empoderamento das comunidades locais e de outro lado abertura dos gestores para um processo de gerenciamento compartilhado e descentralizado.

Existe ainda um projeto sendo executado na unidade relacionado às boas práticas de manejo e uso dos recursos pesqueiros, tendo em vista a importância da pesca para moradores da FN e seu entorno, além dos pescadores associados à colônia Z-16.

As principais prioridades para a gestão da FN são a implementação do seu plano de manejo dando continuidade às atividades de proteção da área, o funcionamento das ações que possibilitem o uso sustentável dos recursos da unidade, a implementação da concessão florestal na zona de manejo florestal empresarial, a utilização dos recursos não madeireiros e madeireiros de forma comunitária e a implementação do turismo ecológico de base comunitária.

Tais atividades objetivam ajudar a população local na melhoria de suas condições de vida. A equipe gestora acredita que quando esses moradores começarem a perceber os benefícios oriundos da UC modificarão o pensamento em relação a unidade ser um empecilho e começarão a vê-la como algo necessário à sua sobrevivência

Para Layrargues (2009) a sustentabilidade ambiental depende do enfrentamento simultâneo dos problemas ambientais derivados da pobreza e da riqueza. Em síntese a desigualdade não se manifesta apenas em termos econômicos de distribuição de renda, as

políticas públicas voltadas para o enfrentamento dessa problemática também são um agente transformador, quando se cria a mudança do pensamento e das atitudes de uma pessoa em relação à forma como esta explora os recursos naturais, cria-se também a possibilidade de haver ações de sustentabilidade.

Entretanto existem algumas dificuldades que impedem a realização desses projetos, a principal delas diz respeito à falta de equipe técnica na unidade. São somente dois analistas ambientais para executar todos os seus projetos e suas atividades, sendo necessário aumentar o quadro técnico e funcional da UC. Além de recursos humanos, a FN do Amapá necessita de recursos financeiros para a melhoria da gestão, pois há dificuldades na manutenção da estrutura física básica a manutenção da própria unidade.

Bensusan (2006) indica que, em geral, existem duas grandes dificuldades na implementação e na gestão de UC no Brasil: a de natureza financeira, que inclui sua efetiva implantação após a criação, e a de natureza ecológica, que implica, entre outros aspectos, a falta de conhecimento sobre a totalidade dos processos que geram e mantêm a biodiversidade.

Hoje o que se vê em muitas UC brasileiras é a total falta de mecanismos financeiros que permitam o aparelhamento de sua gestão para executar os programas e atividades visando a sua real consolidação. Um estudo feito com os gestores de UC no Estado do Mato Grosso apontou como esta situação é refletida para outras regiões brasileiras, segundo este as maiores dificuldades no processo administrativo de gestão de áreas protegidas estão relacionados à ausência de recursos financeiros, número de funcionários insuficiente e falta de apoio institucional e de infraestrutura. Foram elencadas ainda a situação fundiária e a falta de um Conselho como dificuldades relevantes no processo administrativo (SANTOS & KRAWIEC, 2011).

Os analistas da FN apontam ainda a necessidade de aumento do quadro de técnicos ambientais e do quadro funcional com a contratação de mais serviços gerais, barqueiros e motoristas, além da aquisição de novas embarcações, motores e veículos, ou seja, haver uma melhor estrutura institucional para que haja a melhor gestão da UC.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo permitiu mostrar que os conflitos são parte integrante e indissolúvel de qualquer sociedade, o mais correto no caso da existência de um conflito é proceder a criação de alternativas que possibilitem sua mitigação.

Na FN do Amapá existe um conflito socioambiental definido, este é referente ao acesso aos recursos naturais da unidade pela população da região que passou a ser regulado, havendo também o aumento da presença institucional da gestão principalmente a partir de 2007 com início das atividades do ICMBio na UC.

A principal estratégia utilizada pela equipe gestora da unidade para possibilitar a conciliação das relações com a população local está ocorrendo por meio da demonstração de que a regulação do acesso não inviabiliza a economia dos moradores. Estão sendo executados projetos que tem como principal objetivo a transformação da FN do Amapá em uma indutora do desenvolvimento da região, através da promoção da qualidade de vida da população situada no Alto e Médio Rio Araguari.

A região é carente de muitos recursos, a vida ribeirinha é repleta de dificuldades e na maioria dos casos faltam serviços básicos para aquela população, ações de saúde não são presentes na região, a estrutura de algumas casas chega a ser precária e a educação é insipiente, ou seja, não é só a presença de uma UC que causa um impacto sobre a vida daquelas pessoas e sim a inexistência de investimentos de Estado na região.

As capacitações realizadas com a população são recentes, estão ocorrendo há pelo menos quatro anos, os avanços ainda são pequenos, porém espera-se que em médio prazo, estes passem a representar uma mudança nos arranjos produtivos locais, promovendo novos meios de geração de renda. A participação efetiva da população local nos programas desenvolvidos pela unidade e por seus parceiros é primordial para a diminuição dos conflitos existentes.

Assim, a questão estudada por esta pesquisa demonstra como ocorre a disparidade entre a criação de UC e a sua real efetivação, parece simples criar uma área protegida quando não se sabe como é a realidade da região onde esta será inserida, em muitos casos quando foram criadas UC, foram criados também os conflitos socioambientais e as políticas administrativas voltadas para a gestão dos conflitos e a estrutura humana e material ficaram a cargo apenas dos órgãos responsáveis por sua gestão.

Vale ressaltar que a proposição de políticas públicas não deve ocorrer com autoritarismo, o planejamento participativo das ações é necessário para haver a construção de acordos que possibilitem a mudança na realidade social da população, se isto for de fato colocado em prática e houver a efetiva participação dos moradores, poderá haver também a promoção da sustentabilidade socioambiental da FN do Amapá e da região do Alto e Médio Rio Araguari.

6 REFERÊNCIAS

ALENCAR, E. F. Identidade, Territorialidade e Conflitos Socioambientais: Alguns Cenários do Alto Solimões (AM). **Boletim Rede Amazônia**, v. 3, n. 1, p. 67-75, 2004.

AYRES, H. F.; IRVING, M. A. O Olhar Psicossocial para a Gestão Participativa de Áreas Protegidas: refletindo sobre possibilidades e desafios. In: IRVING, M. A (Org.). **Áreas Protegidas e Inclusão Social: construindo novos significados**. Rio de Janeiro: Fundação Bio-Rio: Núcleo de Produção Editorial Aquarius, 2006. p. 77-90.

BECKER, B. K. **A Amazônia**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1998.

BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005.

BELLINASSI, S. *et al.* Gestão e Uso Público de Unidades de Conservação: Um Olhar sobre os Desafios e Possibilidades. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.4, n.2, p. 274-293, 2011.

BRITO, D. M. C. Conflitos em Unidades De Conservação. **Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais UNIFAP**, n. 1, p. 01-12, 2008.

BENSUSAN, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRASIL. **Lei nº 5.197**, de 3 de janeiro de 1967 - Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5197.htm. Acesso em: 30/02/2014.

BRASIL. **Decreto nº 97.630**, de 10 de abril de 1989 – Cria, no Estado do Amapá, a Floresta Nacional do Amapá, com limites que especifica, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1989/decreto-97630-10-abril-1989-448263-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 21/10/2013.

BRASIL. **Lei nº 9.605**, de 12 de fevereiro de 1998 - Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm. Acesso em: 30/02/2014.

BRASIL. **Lei nº 9.985**, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em: 21/10/2013.

CHELALA, C. A. **A Magnitude do Estado Socioeconômico Amapaense**. Rio de Janeiro: Public, 2008.

CREADO, L. J. *et al.* Entre “Tradicionais” e “Modernos”: Negociações de Direitos em Duas Unidades de Conservação da Amazônia Brasileira. **Ambiente e Sociedade**, v. XI, n. 2, p. 255-271, 2008.

DNPM/PA, Departamento Nacional de Produção Mineral do Pará. **Informe Mineral Regional – Amazônia**. Belém: DNPM, 2007.

DRUMOND, M. A. *et al.* **Técnicas e Ferramentas Participativas para a Gestão de Unidades de Conservação**. Série Cadernos ARPA, 4 (2ª Ed.). GTZ. Brasília: MMA, 2009.

DRUMMOND, J. A.; PEREIRA, M. de A. P. **O Amapá em tempos do Manganês**. Um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico. 1943 – 2000. Garamond, Rio de Janeiro, 2007.

DRUMMOND, J. A. *et al.* **Atlas das Unidades de Conservação do Estado do Amapá**. Macapá: MMA/IBAMA-AP; GEA/SEMA, 2008.

FEARNSIDE, P.M. Dams in the Amazon: Belo Monte and Brazil’s Hydroelectric Development of the Xingu River Basin. **Environmental Management**, v. xx, n. x, p. 1–13, 2006.

FERREIRA, L. C. *et al.* Conflitos Sociais em Áreas Protegidas no Brasil: Moradores, Instituições e ONGs no Vale do Ribeira e Litoral Sul, SP. **Revista Ideias**, v. 8, n. 2, p. 115-149, 2001.

GOMES, L. J. *et al.* Conflitos de Interesses em Unidades de Conservação do Município de Parati, Estado do Rio de Janeiro. **Informações Econômicas**, v. 34, n. 6, 2004.

HURTIENNE, T. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, v. 8, n. 1, p. 19-01, 2005

ICMBIO, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Diagnóstico e Identificação do Garimpo do Capivara**. Relatório Preliminar. Macapá: Floresta Nacional do Amapá, 2008.

ICMBIO, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Plano de Manejo da Floresta Nacional do Amapá**. Macapá: Floresta Nacional do Amapá, 2014.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2009.

IRVING, M. A. Turismo como Instrumento para Desenvolvimento local: entre a potencialidade e a utopia. In: D'ÁVILA NETO, M. I. & PEDRO, R. M. L. R. (Org.). **Tecendo o Desenvolvimento: saberes, gênero, ecologia social**. Rio de Janeiro: Bapera, 2003. p. 167-184.

LAYRARGUES, P. P. Educação ambiental com compromisso social: o desafio da superação das desigualdades. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P., DE CASTRO, R. S. (Org.). **Repensar a educação ambiental: um olhar crítico**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 11-31.

MARINHO, M. A. **Conflitos e Possíveis Diálogos entre Unidades de Conservação e Populações Camponesas: Uma Análise do Parque Estadual Intervales e o bairro do Guapiruvu (Vale do Ribeira/SP)**. 2006. Tese (Mestrado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MEDEIROS, R. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v.9, n.1, p. 41-64, 2006.

MEDEIROS, R. *et. al.* Áreas Protegidas no Brasil: Interpretando o contexto histórico para pensar o inclusão social. In: IRVING, M. de A. (Org.). **Áreas Protegidas e Inclusão Social: Construindo Novos Significados**. Rio de Janeiro: Aquarius, 2006. p. 15-40.

MEDEIROS, R; YOUNG, C. E. F. **Contribuição das Unidades de Conservação Brasileiras para a Economia Nacional: Relatório Final**. Brasília: UNEP-WCMC, 2011.

MMA. **Áreas Protegidas do Brasil: Gestão participativa do SNUC**. 1ª Edição. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

NASCIMENTO, D. T.; BURSZTYN, M. A. Análise de Conflitos Socioambientais: Atividades Minerárias em Comunidades Rurais e Áreas de Proteção Ambiental (APA). **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 22, p. 68-82, 2010.

OLIVEIRA, L. L. DE *et. al.* Características Hidroclimáticas da Bacia do Rio Araguari (Ap). **Tempo, Clima e Recursos Hídricos**, Macapá, v. 20, p.83–96, 2010.

PECCATIELLO, A. F. O. Políticas Públicas Ambientais no Brasil: da Administração dos Recursos Naturais (1930) à criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (2000). **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Paraná, v. 24, p. 71-82, 2011.

PORTO, J. L.R. **Amapá: Principais Transformações Econômicas e Institucionais – 1943/2000**. 2ª Ed. Macapá: Edição do autor, 2007.

QUINTAS, J. S. **Introdução à gestão ambiental pública**. Brasília: Edições IBAMA, 2002.

SACRAMENTA, D. M. O.; COSTA, B. P. da. **A Questão Agrária e Migrações na Amazônia Brasileira: O Caso do Assentamento Canoas no Município de Presidente Figueiredo/AM**. In: IV SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2009. Niterói, 2009.

SANTOS, C. F.; KRAWIEC, V. A. M. A Situação Ambiental e a Administração das Unidades de Conservação em Campo Grande-MS, na Visão de seus Gestores. **Floresta e Ambiente**, v. 18, n. 3, p. 334-342, 2011.

SIMON, A. V. S. Conflitos na Conservação da Natureza: O Caso do Parque Estadual da Serra da Tiririca. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

SIMONIAN, L.T.L. *et. al.* Floresta Nacional do Amapá: Um histórico breve, políticas públicas e (in) sustentabilidade. In: _____ (Org.). **Políticas públicas, desenvolvimento, unidades de conservação e outras questões socioambientais no Amapá**. Belém: NAEA-UFPA/MPEAP, p. 115-180, 2010.

SOUZA, A. N; JACOBI, P.R. Expansão da Matriz Hidrelétrica no Brasil: as Hidrelétricas da Amazônia e a perspectiva de mais Conflitos Socioambientais. **Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental**. São Paulo: USP, 2010.

SUDAM, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. **PROVAM: Programa de Estudos e Pesquisas nos Vales Amazônicos – Vale do Araguari (Pré-diagnóstico: Recursos Naturais e de Sócio Economia)**. Belém: SUDAM, 1990.

THEODORO, S. H. *et. al.*. **Gestão ambiental: uma prática para mediar conflitos socioambientais**. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE. ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 2004. São Paulo, ANPPAS, p.1-17, 2004.

THEODORO, S. H. (Org.). **Mediação de Conflitos Socioambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VALLEJO, L. R. Unidade de Conservação: Uma Discussão Teórica á Luz dos Conceitos de Território e Políticas Públicas. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 2002.

VERDEJO, M. **Diagnóstico Rural Participativo: Una guía práctica**. Santo Domingo, República Dominicana: Centro Cultural Poveda. 2003.

ANEXOS

ANEXO A – FORMULÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO



FORMULÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO DA FLONA DO AMAPÁ - 2013

DADOS DA FICHA

N° do Formulário:	Município:
Localidade:	Entrevistador (a):
Data da entrevista:	

1. IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA FAMÍLIA

1.1. Nome do Entrevistado e Apelido (a):	1.2. Sexo () 1. F () 2. M
1.3. Naturalidade:	1.4. Data de nascimento:
1.5. Quanto tempo mora neste local?	1.6. Ocupação principal?
1.7. Religião: () 1. Católico () 2. Evangélico () 3. Outro:	1.8. Possui Filhos? () Sim () Não Quantos? _____ Homem () Mulher ()
1.9. Estado Civil: () 1. Casado () 2. Solteiro () 3. Separado Judicialmente () 4. Viúvo () 5. Divorciado () 6. União Estável	
1.10. Experiência Profissional (anterior): () 1. Agricultor/Pecuarista () 2. Autônomo () 3. Empregado Rural () 4. Comerciante () 5. () Garimpeiro () 6. Outro:	
1.11. Classificação: () 1. Quilombola () 2. Indígena () 3. Ribeirinho () 4. Agricultor Familiar Tradicional () 5. Assentado () 6. Extrativista () 7. Pescador () 8. Outro:	

2. CARACTERIZAÇÃO SOCIOCULTURAL

2.1. Composição Familiar (incluindo agregados, se houver)

Nº	Nome	CPF	Grau	Escolaridade	Completo	Sexo	Idade	Trabalha	Com o quê?	Como contribui na propriedade?
1	ENTREVISTADO									
2										
3										
4										

2.1.2. Tem familiar que mora fora da propriedade e que contribui com a família? Como contribui?

CÓDIGOS						
Grau de Parentesco		Escolaridade		Completo	Sexo	Trabalha
1. filho	4. genro/nora	1. ed. infantil	4. ens. superior	1. sim	1. F	1. sim, na propriedade
2. neto	5. outros	2. ens. fundamental	5. sem escolaridade	2. não	2. M	2. sim, fora
3. pai/mãe		3. ens. médio	6. analfabeto			3. não

2.2. Organização Social

Participa? () 1. Sim () 2. Não	Nome da Organização Social:
Quantos Integrantes?	Contribuem com mensalidade (R\$)?
Atividades culturais: () 1. igreja () 2. festividade () 3. outro:	

2.3. Acesso à Educação

Como é o acesso das famílias à escola? () 1. difícil () 2. fácil () 3. Outro:	Justifique:
Tipo de escola? () 1. comunitária () 2. estadual () 3. federal () 4. municipal () 5. privada () 6. Outro:	
Cursos e Oficinas realizados no último ano? () 1. boas práticas de açaí () 2. pesca () 3. associativismo e cooperativismo () 4. Legislação ambiental () 5. DRP () 6. outro	

3. CARACTERIZAÇÃO PROPRIEDADE

3.1. Nome da propriedade:	3.2. () 1. titulada () 2. não titulada
3.3. Tamanho da propriedade (ha):	3.4. Área cultivada (ha):
3.5. Outras benfeitorias existentes no imóvel: () 1. Casa de Farinha () 2. Viveiro () 3. Galinheiro () 4. Horta () 5. Meliponário () 6. outro:	
3.6. Classificação das moradias? () 1. principal; onde:	() 2. secundária; onde: Outras:
3.7. Tipo de Construção da Habitação: () 1. madeira () 2. alvenaria () 3. mista () 4. palha () 5. taipa () 6. outro:	
3.8. Tipo de cobertura? () 1. laje de concreto () 2. telha de barro () 3. brasilit () 4. palha () 5. cavaco () 6. outro:	
3.9. Tipo de piso? () 1. madeira () 2. cerâmica () 3. cimento () 4. terra batida () 5. mista () 6. outro:	
3.10. Total de cômodos? () 1. um () 2. dois () 3. três () 4. () quatro () 5. mais de cinco	
3.11. Meio de acesso (transporte próprio)? () 1. barco () 2. voadeira () 3. Batelão () 4.outro:	Motor?:
3.12. Destino do seu lixo? () 1. leva para Porto Grande () 2. céu aberto () 3. enterrado () 4. queimado () 5. outro:	
3.13. Acesso a água potável? () 1. rio () 2. poço () 3. bomba d'água () 4. outro:	
3.14. Tipo de Banheiro? () 1. fossa negra () 2. rio () 3. fossa séptica () 4. outro:	

4. CARACTERIZAÇÃO DA RENDA FAMILIAR (renda, serviços e benefícios)

4.1. Serviços	Salário (R\$/mês):
	Diárias (R\$/dia):

4.2. Benefícios	Tipo de Benefício	Descrição da Atividade ou Benefício	Valor (R\$)
	1. Aposentadoria		

4.14. Gastos	R\$/mensal
Alimentação	
Gasolina	
Óleo Diesel	
Remédio	
Roupas	
Óleo 2 tempo	
Óleo 4 tempo	
Botijão de Gás	
Ferramentas	
Outros	

5. CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO E ACESSO À TECNOLOGIA

5.1. "Mão-de-Obra" (n° de pessoas)				5.2. Insumos			
Familiar		De Fora		Agrotóxicos	Adubação Química	Adubação Orgânica	Ração p/ animal
Adulto		Parceiro (a)		1. Sim	1. Sim	1. Sim	1. Sim
Criança		Contratado (a)		2. Não	2. Não	2. Não	2. Não

5.3. Já teve acesso à					
Crédito/Financiamento	() 1. Sim		Assistência Técnica	() 1. Sim	
	() 2. Não			() 2. Não	
Tipo/Modalidade			Quando	Anos:	
Finalidade	Cultura		Quem	RURAP	
	Criação			Embrapa	
	Outro: _____			Outro: _____	
Valor Financiado	Cultura		Finalidade	Cultura	

	Criação		Criação
	Outro: _____		Outro: _____

6. IMPORTÂNCIA DA PROTEÇÃO AMBIENTAL

6.1. Em sua opinião, quais as consequências da degradação do meio ambiente para sua profissão?
6.2. Qual o seu principal interesse para desejar a conservação do seu ambiente de trabalho? 1. () Agricultura 2. () Uso da água para consumo 3. () Clima 4. () Outros:
6.3. O que você acha do atual estado do meio ambiente para a atividade que exerce? () 1. Péssimo () 2. Ruim () 3. Regular () 4. Bom () 5. Ótimo
6.4. Quais atividades que exerce sofreram mudanças?
6.5. Você se preocupa com problemas relacionados com o meio ambiente? () 1. Sim () 2. Não
6.6. O que entende sobre proteção natureza?
6.7. O que você acha que deve ser feito para melhorar de vida?
6.8. O que entende sobre UC (FLONA e FLOTA)?
6.9. O que você acha das condições ambientais da região?